



PROJETO DE LEI Nº 626, DE 2019

Apensado: PL nº 5.732/2019

Altera a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para incluir a aquisição e a instalação de tubulações de esgoto entre os usos permitidos do Cartão Reforma.

Autor: Deputado CAPITÃO WAGNER

Relator: Deputado COBALCHINI

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob análise, de autoria do Deputado Capitão Wagner, tem por objetivo incluir a aquisição e a instalação de tubulações de esgoto entre os usos permitidos do Programa Cartão Reforma, criado pela Lei nº 13.439, de 2017. A proposta prevê que, nas obras e serviços de reforma, ampliação e conclusão de unidades habitacionais destinadas à melhoria de condições de habitabilidade, de salubridade, de segurança, de acessibilidade e de dignidade da moradia, o Programa contemple a aquisição e a instalação de tubulações de esgoto destinadas à conexão de domicílios à rede coletora.

Segundo o Autor, “o acesso de domicílios à rede coletora de esgoto é questão fundamental para garantir condições sanitárias adequadas para a sociedade” e, portanto, “trata-se de medida simples, mas com potencial de trazer grandes benefícios à população brasileira”.

À proposição tramita apensado o Projeto de Lei nº 5.732, de 2019, de autoria do Deputado Geninho Zuliani, que também “Altera a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para incluir a aquisição e a instalação de peças para uso em rede de esgoto e rede de drenagem, entre os usos permitidos do Cartão Reforma”.

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3215-5358 | dep.cobalchini@camara.leg.br





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Cobalchini – MDB/SC

Nos termos do inciso VII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cabe a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano manifestar-se sobre o mérito das proposições. Na sequência, a Comissão de Finanças e Tributação também se pronunciará sobre o mérito e, ainda, sobre a adequação financeira e orçamentária, com base no art. 54 do RICD. Por fim, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá se pronunciar sobre a constitucionalidade e juridicidade das matérias, também com base no art. 54 do RICD. As proposições tramitam em regime ordinário (inciso III do art. 151 do RICD) e estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões (inciso II do art. 24 do RICD).

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Os projetos de lei sob análise, o principal, de autoria do Deputado Capitão Wagner, e o apensado, de autoria do Deputado Geninho Zuliani, pretendem alterar a Lei nº 13.439, de 2017, que cria o Programa Cartão Reforma, para incluir a aquisição e a instalação de tubulações de esgoto entre os usos permitidos do Programa. De acordo com as propostas, a aquisição e a instalação de tubulações de esgoto destinadas à conexão de domicílios à rede coletora deverão ser contempladas pelo Programa nas obras e serviços de reforma, ampliação e conclusão de unidades habitacionais destinadas à melhoria de condições de habitabilidade, de salubridade, de segurança, de acessibilidade e de dignidade da moradia.

Concordamos com os nobres Colegas quando afirmam que tal medida facilitará o acesso de populações de baixa renda a habitações com melhores condições sanitárias, uma vez que poderão utilizar os subsídios oferecidos pelo Programa para a aquisição de tubos e conexões de esgoto sanitário nas obras de suas residências. Portanto, no mérito, somos favoráveis à proposta.

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3215-5358 | dep.cobalchini@camara.leg.br





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Cobalchini – MDB/SC

No entanto, o texto merece ajustes devido ao fato de que a Lei nº 13.349, de 2017, que se pretende alterar com as proposições em apreço, foi revogada pela Lei nº 14.118, de 2021, que criou o Programa Casa Verde Amarela e que, por sua vez, teve artigos relacionados ao Programa revogados pela Lei nº 14.620, de 2023, que recriou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV absorveu as diretrizes do Casa Verde e Amarela que, anteriormente, as havia absorvido do Programa Cartão Reforma. Assim, a nova base legal para os programas habitacionais federais voltou a ser a Lei nº 14.620, 2023, especialmente no que tange aos dispositivos que tratam da melhoria habitacional em áreas urbanas e rurais. Nota-se nessa Lei que um dos eixos de atuação do PMCMV é o da melhoria habitacional e que, portanto, a proposta endereçada pelos autores à Lei nº 13.349, de 2017, revogada, pode ser perfeitamente absorvida no corpo do novo instrumento legal, em total alinhamento ao que salvaguarda esta Comissão: o desenvolvimento urbano e a melhoria das condições de habitabilidade e salubridade da população brasileira.

Diante do exposto, votamos pela APROVAÇÃO dos Projetos de Lei nº 629, de 2019, e nº 5.732, de 2019, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado COBALCHINI
Relator

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3215-5358 | dep.cobalchini@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259860145400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini





SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 629, DE 2019, E Nº 5.732, DE 2019

Altera a Lei nº 14.620, de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, para incluir a aquisição e a instalação de tubulações de esgoto no escopo das linhas de atendimento do Programa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, para incluir a aquisição e a instalação de tubulações no escopo das linhas de atendimento do Programa.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 14.620, de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:

“Art. 4º
.....

§ 11. Nas linhas de atendimento que considerem as necessidades previstas no inciso VI do *caput*, deverá ser incluída, sempre que tecnicamente viável e quando houver rede disponível, a aquisição e instalação de tubulações de esgoto destinadas à conexão das unidades habitacionais à rede coletora de esgotamento sanitário.”
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado COBALCHINI
Relator

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3215-5358 | dep.cobalchini@camara.leg.br

